



ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA NO CAMPO PARANAENSE

Henrique Souza Barbosa¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo trazer contribuições acerca da relação da mídia e da questão agrária no Paraná, a partir da vivência do projeto do Observatório da Questão Agrária. A experiência de fato ocorreu até o final do ano de 2018. Devido a isso alguns temas mais atuais também não serão comentados, mas é importante sempre estarmos atentos ao que acontece no campo. A relação da mídia com a questão agrária e também aparece na realidade atual do campo no Brasil. Podemos ressaltar como a mídia exerce grande influência no pensamento daqueles que principalmente não vivenciam ou estudam a temática da Questão Agrária, trazendo uma parcialidade mesmo que implícita no momento de tratar o assunto. Sendo o ambiente rural muito importante em nosso país que se baseia na exportação de *comodities* desde os tempos coloniais, quem domina o campo, domina também politicamente o cenário nacional. Povos originários e outros que tem realmente a sensação de pertencimento a terra acabam sendo deixados de lado no campo elitista do nosso país. Tudo isso com respaldo de mecanismos que acabam regendo a nossa vida, a mídia e Estado, ambos alienando a população para satisfazer seus interesses e a sua manutenção de poder.

PALAVRAS-CHAVE: mídia, movimentos sociais, agronegócio.

INTRODUÇÃO

A história do campo e da agricultura está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico do país. No Brasil desde o processo de colonização a economia tem sido fortemente baseada em *commodities*. Salientando essa proximidade do desenvolvimento econômico e da agricultura nacional, alguns ciclos econômicos podem ser citados, como na época do Brasil colônia, a grande fonte de renda do país passava pela plantação da cana, essa que até hoje é presente no país, principalmente no Estado de São Paulo. Outro ciclo bastante notável no país é o ciclo do café que até meados do século passado era o que basicamente sustentava a economia nacional.

¹ Universidade Estadual de Londrina. henrique.souza0@uel.br

É evidente que o agronegócio tem grande importância no Brasil. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) em 2019 o agronegócio (que inclui insumos, agropecuária, indústria e distribuição) teve participação em 21,4% do PIB nacional. Nos dias atuais o produto que mais se encontra em evidência no campo brasileiro é a soja. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2018), na safra 2017/2018, no Brasil foram produzidas mais de 119 milhões de toneladas do grão. Por mais que seja um produto com tamanha importância para a economia do país, a nossa população de fato não desfruta de tantas vantagens que o grão trás. Como foi colocado por Oliveira (2003), parte significativa do produto é direcionado ao exterior, assim o país busca entrar na chamada economia globalizada. Segundo a CONAB, resultante da safra 2017/2018, 76 milhões de toneladas de soja foram exportadas, tendo como destino principalmente a China. Segundo Fabrini (2008) hoje o campo brasileiro sofre com o próprio agronegócio que é colocado como algo extremamente positivo apenas. A influência exercida pelos empresários do campo tem relação com as políticas nacionais impostas e o repasse de verbas. O agronegócio recebeu para o Plano Safra 2007/2008 R\$58 bilhões que é quase cinco vezes maior que a verba do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que recebeu R\$12 bilhões. Ainda segundo Fabrini (2008) o agronegócio foge do que era o problema do campo brasileiro em tempos passados. Antes ocorria uma exclusão a partir da posse de grandes terras improdutivas, os latifúndios, porém o agronegócio exclui pela sua capacidade de produção. Tal capacidade que aumenta com as vantagens recebidas a partir do Governo.

No campo brasileiro há outras faces que não ganham tanto destaque como o agronegócio. No caso a agricultura camponesa é uma delas já que não entra nos moldes de produção capitalista. Outra face que não é tão destacada é a agricultura familiar que no Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) é vista uma notável contribuição da agricultura familiar na produção, em produtos como mandioca (83,2%), feijão (69,6%), arroz em casca (33,1%) e etc. Segundo Hoffman (2014) não é necessário maquiagem para se mostrar tamanha importância desses produtores.

A questão agrária, porém, trata não somente da produção em números, como dito por Paulino et.al (2009) “[...] algumas das disputas territoriais do campo não dizem respeito tão somente

a questões de ordem técnica, da produção em si, sobre as quais recaem os holofotes” (p.69). Seria uma questão ligada à concentração de terras, sendo assim uma questão fortemente capitalista. O Brasil tem problemas estruturais na concentração de terras e mesmo que se tente resolver esses problemas, o que se investe no agronegócio é muito mais do que na redistribuição das terras.

Como coloca Guimarães (1968) em sua obra com um título mais que explicativo, “Quatro Séculos de Latifúndio”, o Brasil de um modo geral carregou com ele, desde a chegada e colonização portuguesa, a terra nas mãos de poucas pessoas. Inicialmente com o processo de impulso a colonização, foram colocadas as capitânicas hereditárias, onde pessoas escolhidas pelo governo português poderiam utilizar a terra como um modo de se fixar ao Brasil.

Com esse tipo de organização já foi possível ver três realidades presentes até hoje em nosso país, primeiramente a proximidade entre o governo e os grandes proprietários. Em segundo plano foi que o governo fornecendo auxílio à produção seria mais fácil de manter a produção, já que uma das capitânicas onde o governo colonial participou ativamente teve pujança. Em terceiro vimos à formação de uma aristocracia rural formada pelos grandes latifundiários.

Hoje em dia essa relação entre o governo e o agronegócio pode ser vista por meio da bancada ruralista, que possui expressiva representatividade no cenário nacional. Segundo Costa (2012) de 374 parlamentares analisados em seu estudo, 118 declararam profissões ligadas ao setor agrícola, sendo 59 deles agropecuarista ou pecuaristas.

O auxílio à produção pelo governo pode ser visto pela grande quantidade de verba repassada ao agronegócio que como já foi citado engloba o setor agropecuário, de insumos, distribuição e indústrias. Os que possuem menos terra e produzem em menor quantidade (analisando apenas o tamanho de uma única propriedade) recebem menores auxílios para produzir. Segundo Fabrini (2008) o repasse destinado ao agronegócio (R\$ 58bi) foi R\$ 46 bilhões maior que para o PRONAF (R\$ 12bi). Tais financiamentos estão voltados para a produção que é escoada para o exterior.

A agricultura familiar depois de ter sua importância devidamente reconhecida, passou a contar com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi uma linha de crédito rural criada em 1995 para esses que tanto trabalham na produção de alimentos. Segundo

Hespanhol et. al (2007 p.274) “As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural restringiram-se, até recentemente, ao apoio à produção, principalmente aos segmentos voltados à exportação e ao fornecimento de matérias-primas às agroindústrias, tendo, portanto, caráter setorial e cunho essencialmente produtivista”. Importante conceituar que a agricultura familiar participa do modo de produção capitalista com a adoção de técnicas e insumos modernos. Abramovay (1992, p.127) classifica a agricultura familiar como uma profissão.

As aristocracias rurais hoje em dia podem ser vistas pelos “impérios” que famílias possuem em certos estados brasileiros, além de ressaltar a ligação direta entre política e agronegócio, Costa (2012 p.79) coloca:

[...] Temos evidências de famílias que tem se consolidado na política ao longo do último século, e que paulatinamente tem construído uma tradição, e também aquelas que formam oligarquias regionais ou estaduais, como por exemplo; família Caiado em Goiás, família Cassol em Rondonia, família dos usineiros em Alagoas (Calheiros, Brandão Vilella e Pereira de Lyra), Bezerra Coelho no Pernambuco, Ferreira Gomes e os Bezerra de Menezes no Ceará, a oligarquia da família Rosado Mossoró/RN, a família Lupion no Paraná. Todas tidas como referências na política e na atividade agrícola em seus respectivos estados[...].

É possível também vermos isso com o pequeno número de grandes propriedades, como colocado por Oliveira (2003 p.127) que no Brasil muitos tem pouco e poucos tem muito. Ainda indica que essas grandes propriedades (1,7% do total de propriedades) ocupam 43,8% das terras. Enquanto mais de 2,4 milhões de pequenas propriedades (57,6% do total das propriedades) ocupam apenas 6% das terras. Isso pode ser visto no estado do Paraná que é o foco de trabalho do Observatório:

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PARANÁ EM 1994				
DIMENSÃO (ha)	Nº DE IMÓVEIS	% DE IMÓVEIS	ÁREA (ha)	% da ÁREA DO ESTADO
Até 10	154.620	41,80	792.119	4,0
10 - 20	85.799	23,20	1.233.390	6,2
20 - 50	77.279	20,90	2.399.390	12,0
50 - 100	25.227	6,80	1.773.127	8,9
100 - 200	13.482	3,60	1.885.947	9,5
Maior de 200	13.383	3,60	7.417.956	37,2
Áreas Públicas	-	-	4.430.441	22,2
TOTAL	369.876	100	19.932.370	100

FORNTE: IBGE - 1994

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PARANÁ EM 2006		
DIMENSÃO (ha)	Nº DE IMÓVEIS	% DE IMÓVEIS
0 - 50	322.000	87,0
50 - 100	22.000	6,0
Maior que 100	26.000	7,0
TOTAL	371.000	100

FORNTE: CENSO AGROPECUÁRIO IBGE - 2006

Todos os direitos reservados a Ambiente DURAN

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006), Ambiente DURAN(org.)

Vemos na tabela acima a concentração fundiária no estado, onde 87% dos produtores se encontram com uma área de até 50 hectares, sendo um número mais que doze vezes maior do que os que possuem uma área maior que 100ha, revelando uma concentração de terra explícita e assustadora.

Toda essa problemática é trazida pelo Observatório da Questão Agrária do Paraná, que busca por meio da publicação de notícias, comunicados de órgãos ligados a questão agrária e de estudos publicados expor a realidade da questão agrária com enfoque no Estado do Paraná que como visto acima sofre com a concentração de terras.

Por conta dessa concentração de terras outros grupos que também sofrem as consequências no Brasil, além dos pequenos agricultores, movimentos sociais de luta pela terra, camponeses, indígenas (como os Avá Guarani em Guarára), e comunidades quilombolas. Não apenas os grupos sociais que sofrem com o avanço do agronegócio, os biomas nacionais cada vez mais vêm sendo devastados e sofrendo com a expansão das áreas de lavoura. Dos quais o Cerrado se encontra altamente devastado por conta da expansão do agronegócio e a floresta Amazônica sofre com o avanço da fronteira agrícola.

Dos movimentos sociais que lutam por uma distribuição de terra mais justa se destaca no Brasil o Movimento Sem Terra (MST), que por meio de ocupações encontrou o modo de ter o

acesso a terra e se territorializar, estando presente hoje em todo o Brasil. As terras ocupadas são terras que não cumprem mais a sua função social que seria produzir e estão apenas valorizando na posse dos latifundiários. Outro movimento que também tem sua representatividade é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A importância da luta do MST é gigantesca já que como coloca Marques(2008), o assentamento das famílias nas propriedades permite *recampesinação* no campo brasileiro. Esse fato é muito importante e incomoda a agricultura capitalista, já que o modo de vida camponês é antagônico ao capitalismo. O camponês tem seus costumes e modo de vida particular e a sensação de pertencer ao pedaço de chão onde cultiva.

A estrutura moderna e concentrada da agricultura brasileira impede o acesso dos camponeses a terra. O grupo sofre com certa exclusão atrelada ao domínio dos ruralistas no poder. Como resistência a essa opressão sofrida o MST tem o enfrentamento como forma de manter as suas origens, pautadas em uma terra para trabalho e existência, não apenas para renda conforme explica Fernandes (2004). Esse modo de ver e viver a terra não se encaixa nos moldes capitalistas do agronegócio, portanto acaba ganhando a atenção dos ruralistas.

Oliveira (2017) coloca que os assentamentos do MST se organizam de um modo que o enfrentamento do movimento não vai apenas de encontro à estrutura fundiária, mas também ao modelo de produção do agronegócio. Essas que partem de um processo produtivo cada vez mais tecnificado e com maior uso de insumos. Tal enfrentamento ocorre do fato de que nos assentamentos com o fomento a produção é agroecológica em alguns casos. Assim os insumos comercializados por grandes empresas internacionais, como agrotóxicos, adubos químicos e sementes transgênicas perdem força nesse ambiente. Além do fato que as produções agroecológicas terem que manter certo isolamento das produções consideradas convencionais. Essas grandes empresas contribuem com a bancada ruralista, a mesma que está atrelada a manutenção dos latifúndios no país.

Mais do que o direito do acesso a terra os integrantes do Movimento Sem Terra busca também uma reforma agrária, tema intimamente ligado à questão agrária. A reforma agrária tem o objetivo de possibilitar o acesso a terra por quem não tem, por meio de uma redistribuição de terras

da maneira mais igualitária. Com a redemocratização do país, em meio à década de 1980 com o governo Sarney, a reforma agrária entrou na pauta do governo, porém em relação às metas que foram estabelecidas pelos diferentes governos, pouco foi feito.

No Brasil, o MST sofreu muito com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), ambos promoveram uma caça contra movimentos de luta pela terra. No governo FHC a repressão com os integrantes do movimento causou certo atrasado como explicita Fernandes (2007). Essa batalha travada com os movimentos teve desdobramentos como massacres, por exemplo no ano de 1997, o massacre do Eldorado dos Carajás, que conforme colocado por Barreira (1999) aconteceu depois de vários desdobramentos onde o Estado acabou sendo manipulado por latifundiários e agiu contra membros do MST, deixando 19 mortos e dezenas de feridos.

No governo Lula com o II Plano Nacional de Reforma Agrária, os ruralistas não foram de acordo com as medidas, como por exemplo a criação, recuperação e consolidação dos assentamentos que ocasionaria perda de terras para os latifúndios. A reação do grupo foi ainda mais o combate ao MST, porém quem mata pelos latifundiários não são diretamente os mesmos e sim seus jagunços. Porém como explica Paulino (2017) o governo além do grande repasse de verbas ao agronegócio, de modo a conter os ruralistas, também tomou medidas onde à grilagem, um problema estrutural no Brasil, foi de certa forma “legitimada”.

Em meio às diferenças de pensamentos e as disputas no campo brasileiro, a mídia exerce papel fundamental para a comunicação de pessoas, na formação de opinião sobre tal realidade, inclusive em pessoas que acabam não vivenciam o dia-dia e não pesquisam sobre o que acontece no campo brasileiro. Tais pessoas terão apenas os veículos de mídia como forma de formarem uma opinião acerca do assunto. Também pautado nisso o Observatório nos ajuda, a ver como a mídia trata e retrata o que é vivido no campo. Nas análises em portais de notícias podemos ter algumas ideias sobre o assunto.

MATERIAL E MÉTODOS

Durante a realização do projeto foram analisadas publicações em diferentes portais de notícias, estudos realizados na área da questão agrária, comunicados de organizações ligadas a

problemática, entre outras. A importância do Observatório é de tornar acessível essas informações em um local de fácil acesso a maioria das pessoas, além disso, produzir também um acervo sobre a questão agrária.

O Paraná é o enfoque do Observatório, pois é um estado brasileiro que tem o agronegócio como uma das suas bases econômicas, porém muitas vezes não é mostrada a outra face do campo, dos conflitos, da pobreza e do campesinato.

Na cobertura sobre o campo brasileiro, alguns veículos de mídia mostram cara parcialidade. Tabloides com seu público alvo bem definido tem um conteúdo bem direcionado ao seu público alvo sejam defensores de uma agricultura mais justa e para todos ou defensores do agronegócio. Grandes veículos de mídia que possuem maior repercussão e que contam com o acesso de mais pessoas acabam transmitindo uma falsa neutralidade. Esses portais não se colocam uma defesa clara de um ideal de como teria de ser o campo brasileiro, mas acabam dando mais visibilidade ao agronegócio e mostram poucas notícias sobre quem acaba sendo oprimido no campo.

DISCUSSÃO

MÍDIA E O CAMPO

O campo brasileiro como dito anteriormente é parte ativa da economia brasileira. Nele é possível encontrar diferentes realidades desde propriedades altamente mecanizadas até outras consideradas mais simples. Também há a diversidade de pessoas, desde membros de movimentos sociais e pessoas que não tem terra para produzir, mas também grandes empresários e proprietários de larga escala de terra. Com o destaque desse ramo no cenário nacional, ele não foge do olhar da mídia, onde é retratado de formas distintas conforme o portal de divulgação da notícia.

O agronegócio é tratado na mídia sempre com grandiosidade, pela influencia exercida em diversos setores da economia e pelas cifras movimentadas. As notícias em geral sempre estão tratando das perspectivas ou dos lucros das safras produzidas. A soja que hoje em dia é o principal grão exportado pelo Brasil tem bastante visibilidade na mídia.

Nos grandes veículos de mídia as informações sobre a Safra dos produtos, principalmente do seu retorno financeiro são constantemente frisadas. Assim o agronegócio é lembrado apenas

como o extremamente produtivo e não como o responsável por “pobreza, miséria, degradação ambiental, violências, dentre outras mazelas e barbáries” como citado por Fabrini (2008 p.36).

Segundo Fernandes (2004) o agronegócio é vendido pela mídia, pelo Estado e pelas empresas. Ele é tirado de todo contexto de conflito no campo, a fim de blindá-lo. A imagem passada pela mídia é apenas da grande produção e grande geração de riqueza no país. O autor ainda coloca o estranhamento gerado quando acaba se criticando esse modelo:

“Foi o caso do presidente do Incra – Rolf Hackbart – quando associou a chacina ocorrida no município de Felizburgo – MG, em novembro de 2004, ao agronegócio. Hackbart argumentou que os fazendeiros que mandam matar sem-terra acampado são personagens do agribusiness. Essa afirmação quase lhe custou o cargo e o ministro da Agricultura – Roberto Rodrigues – enfatizou que não se pode “misturar as coisas”, pois o agronegócio representa 34% do PIB e 42% das exportações brasileiras.” FERNANDES (2004 p.39)

Toda a exploração e desigualdades no campo são deixadas de lado e tratados apenas os momentos de conflito. As ocupações de terras improdutivas, por exemplo, não são tratadas que a áreas ocupadas não cumpriam sua função de estar sendo produtiva e que os camponeses as tornariam produtivas. Também não é vista a concentração de terras presente no Brasil e que as pequenas propriedades são mais efetivas na produção em relação aos latifúndios. A parcela do campo brasileiro que é desassistida pelas políticas governamentais é pouco falada na mídia e pouco (re)conhecida pela população em geral.

Até mesmo a agricultura familiar que é responsável pela produção de uma variedade de produtos em quantidades consideráveis e participa da cadeia mercadológica ativamente, acaba não recebendo a mesma atenção que os grandes produtores de *commodities*. Tendo unidades que usam o trabalho familiar espalhado por todo o país, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) são 4,3 milhões de estabelecimentos ligados à agricultura familiar, divididos em 80,25 milhões de hectares. Um retrato da desvalorização que se tem com a agricultura familiar, por exemplo, são os programas do governo de financiamento da produção, o PRONAF que é o financiamento destinado às propriedades familiares tem repasse de verbas muito menores, como já dito anteriormente.

Um dos que mais sofrem com a representação da mídia é o Movimento Sem Terra, que acaba sendo culpado de muitos problemas do campo, porém nem todos retratam que eles são vítimas de um modelo capitalista que cada vez mais avança o campo brasileiro. Acabam sendo colocados simplesmente como “invasores” de fazendas, essas improdutivas. Responsáveis por protestos, mas protestam para ter uma condição digna de vida que todos merecem. Alguns que acabam vendo as notícias e não pesquisam sobre o movimento, criam um preconceito que acaba sendo reproduzido e acaba fortalecendo cada vez mais a aristocracia rural brasileira.

Não se busca conhecer as lutas e os ideais do MST que busca o acesso a terra mais igualitário e para todos. Assim consequentemente mais famílias teriam dignidade para seguir suas vidas no cenário rural. O fomento a agroecologia feito pelo movimento também não é citado, mesmo que esse modelo de produção não degrade a natureza da forma agressiva como o tradicional e também seja melhor para quem consome seus alimentos.

O sentimento de pertencimento a terra dos camponeses e de indígenas é deixado de lado. A produção em números acaba sendo colocada como a mais importante e não se retratam outras realidades vividas no campo. Quem acaba não pesquisando sobre a questão agrária brasileira, que não é uma prioridade de muitos, acaba não vendo as problemáticas hereditárias que ele traz.

CONFLITOS NO CAMPO

Os conflitos presentes no campo hoje no Brasil vão além de simplesmente os movimentos sociais do campo, outras esferas da sociedade podem estar envolvidas em tais conflitos.

Um exemplo disso foi o que ocorreu no Paraná nos municípios de Guaíra(PR) e Terra Roxa(PR), no oeste do Estado. Além de propriamente os produtores rurais, a discussão envolveu indígenas, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e moradores das áreas urbanas das cidades. O desdobramento foi tamanho que se convocou uma reunião em Brasília (DF) para se discutir o tema.

Esse embate acontecido retrata a realidade do campo brasileiro, que vem deixando de lado as comunidades tradicionais e que originalmente teriam acesso a terra. Os indígenas da região, das comunidades Avá Guarani sempre foram os habitantes originais da região. Que acabaram tendo suas terras invadidas de forma irregular, sendo caracterizadas como terras devolutas, por

companhias colonizadoras e com o aval do governo do Paraná. Mais uma vez evidenciando que no nosso país as comunidades tradicionais são deixadas de lado há muito tempo. Esse processo de colonização do oeste paranaense ocorreu em meio ao século passado.

Acontece que com a demarcação de terras indígenas, os reais invasores (colonos e colonizadores) acabariam tendo de abrir mão das terras já ocupadas por eles. Isso gerou revolta das duas partes, os indígenas reivindicando o que é direito deles, garantido pela Justiça Federal, e os proprietários das terras achando que possuem direito sobre ela. As tensões entre os indígenas e alguns moradores são constantes.

Na região outro fato que agrava a situação difícil vivida pelos indígenas é o fato de os governantes estarem associados aos produtores rurais locais. Inclusive incentivando manifestações contra os Avá Guarani. Com isso políticas de reparação seriam muito improváveis de acontecer partindo dos governos regionais. Pelo contrário, alguns projetos de infraestrutura visando atender o escoamento da produção agrícola são planejados para acontecer em terras indígenas.

Para discussão desse conflito no oeste paranaense foram analisadas notícias em dois portais virtuais de notícias, Brasil de Fato e Canal Rural, onde foram publicados desde as causas do conflito até os desdobramentos do mesmo, tais desdobramentos chegaram até o ano de 2018. Uma série de notícias sobre esse conflito no oeste paranaense ganhou repercussão ao final do ano de 2017, mais especificamente no mês de dezembro. Essas fontes de notícias mostram mais claramente sua opinião a respeito do acontecido, já jornais de maior circulação apenas retratam de forma normal o protesto dos moradores e produtores não indígenas, enquanto ao mostrar os Avá Guarani deixam em evidência protestos que são encarados como invasões. Por exemplo, em fevereiro de 2018, a divulgação da notícia de que índios teriam tentado invadir (palavra usada nas manchetes) a sede da Polícia Rodoviária Federal e também fazendas é maior do que trata a situação da utilização das terras indígenas demarcadas pela FUNAI e que estão em uso de latifundiários na região.

A discussão foi a de que terras indígenas previstas por lei afetariam a produtividade da região, já que havia propriedades rurais que estariam dentro da área que é dos indígenas por direito. Assim agricultores da região se sentiram prejudicados com o cumprimento da Constituição. O problema na área não vem de agora, ele parte desde o loteamento das terras pelo governo

paranaense que já haveria invadido o território dos indígenas na colonização do Estado. Informações encontradas nas notícias disponíveis nos portais de comunicação.

Vale ressaltar que os portais de notícias analisados tem divergências no seu perfil editorial. O Canal Rural é focado para a visão do agronegócio, eles mesmos se definem como uma plataforma de comunicação do agronegócio e o Brasil de Fato tem um cunho que pode se dizer mais social, foi fundado em 2003 no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Participaram da formação do blog organizações como a Via Campesina, MST, Comissões Pastorais Sociais e a Consulta Popular.

No blog Canal Rural o que foi visto foi uma política de apoio aos produtores rurais, onde coloca os mesmos como prejudicados de todo o processo que se desenrolou. As entrevistas e os comentários mostram claramente a posição do portal. O apoio da população que foi a rua protestar contra a demarcação de terras indígenas ficou clara. As entrevistas com representações de sindicatos rurais e o prefeito de Terra Roxa(PR) foram com um teor de atacar veemente os indígenas. Na sua entrevista, Altemir Rosa, prefeito, fala da sua ida para Brasília e agradece a bancada ruralista pelo seu envolvimento no caso e que tem a mesma visão de mundo que os integrantes da mesma.

Nenhum indígena ou representante foi entrevistado para falar da situação e o grupo foi apenas taxado como causador de problemas. O comentarista João Batista Olivi deixa bem claro o seu descontentamento com a situação, ainda expõe claramente a sua opinião política, atacando a ex-presidenta Dilma Rousseff dizendo "isso que nós já tiramos a Dilma, o cordão umbilical do socialismo". Ataca também o ex-presidente Lula, onde coloca ele como um dos responsáveis pelos estresses ocorridos no campo brasileiro, disponível na reportagem do dia 7 dezembro de 2017. Diferentemente do Canal Rural o portal de notícias Brasil de Fato trata com maior ênfase a parte onde os indígenas são vistos como vítimas da situação e que são as pessoas que legalmente tem o acesso a terra. A abordagem foi voltada a exclusão sofrida pelos indígenas no atual cenário do oeste paranaense, além de ressaltar que a população contrária aos indígenas foi "informada" com as *fake news* que trouxeram uma falsa compreensão do que se trata a demarcação das terras indígenas. Com a disseminação dessas notícias fantasiosas, feita inclusive por governantes locais, a exclusão e a aversão ao povo indígena aumentaram. A população além dos protestos feitos, ainda

impediu a chegada de alguns recursos garantidos por políticas públicas aos indígenas. As entrevistas abordaram as lideranças políticas e indígenas da região.

Em uma das reportagens, publicada no dia 6 de dezembro de 2017, por Júlio Carignano, no blog Brasil de Fato, é destacada uma fala de uma liderança indígena.

“As autoridades locais e estaduais sabem o que acontecem aqui nas nossas comunidades, estão cansados de saber e não fazem nada. Por isso queremos que essas denúncias cheguem a autoridades maiores, cheguem até as organizações internacionais para que saibam que no Oeste do Paraná não se respeita a Constituição e os tratados internacionais”, diz Paulina Martines, liderança da aldeia Tekoha Y’hohy[...].”

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

Durante o período de vigência da bolsa, duas mudanças no modo do Estado trabalhar o conceito do trabalho escravo foram tratadas e com grande participação dos ruralistas, essas mudanças que foram colocadas em questão afetam diretamente a vida do produtor rural e do trabalhador rural brasileiro.

A primeira dessas mudanças se refere à portaria sobre o trabalho escravo. A medida foi aprovada e depois revogada ao fim do ano de 2017. Em outubro desse mesmo ano foi publicada uma portaria (Portaria MTB 1.129/2017) que visava o afrouxamento de algumas medidas, como cerceamento da liberdade, trabalho forçado, jornada exaustiva e condições degradantes que são encaradas como trabalho escravo ou análogo a escravidão.

Tal medida agradava muito os ruralistas do Congresso, já que flexibilizava algumas medidas que poderiam tomar com os seus empregados. Por exemplo na fiscalização desse tipo de trabalho antes apenas uma das condições que caracterizavam o trabalho como análogo a escravidão bastaria pra caracterizá-lo como tal. Depois da Portaria 1.129 seria necessário encontrar todas as características de uma só vez para caracterizar o trabalho como escravo. O que de certa forma dificultaria a caracterização.

A justificativa do apoio de alguns deles era de que “coisas mínimas” poderiam considerar um empregador de manter os funcionários em um regime escravo e que certos motivos como número de torneiras, espessura dos colchões, entre outras, não seriam motivo suficiente para serem acusados.

Após a aprovação da portaria, uma repercussão não apenas em âmbito nacional, pois a portaria além de não respeitar a Constituição Federal, também desrespeitava acordos internacionais firmados pelo Brasil.

Após os vários desdobramentos e comentários contrários a aprovação da portaria no mês de outubro, no fim do mês de dezembro de 2017, uma nova portaria (Portaria MTB 1.293/2017) foi aprovada e agora sim atendendo os requisitos internacionais. Essa ação foi à última do ex-ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. O mesmo havia anteriormente defendido a medida tomada anteriormente.

Lembrando que em tempos atuais a escravidão ou a condição análoga a escravidão não se dá nos mesmos moldes do Brasil Colonial. Conforme o previsto no Art. 149 do Código Penal, hoje se caracteriza escravidão com outras características, por exemplo: condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva, servidão por dívida e trabalho forçado. A retenção do trabalhador no local de trabalho, podendo essa ocorrer de três modos diferentes: pela proibição de uso de qualquer meio de transportes, vigilância ostensiva em local de trabalho e retenção dos documentos pessoais.

Uma medida que obteve bastante repercussão e novamente uma repercussão contrária, foi o Projeto de Lei 6299/2002, onde flexibilizaria a comercialização de agrotóxicos que são proibidos em vários países. Ao contrário da portaria do trabalho escravo o Projeto de Lei, chamado também de “PL do Veneno”, foi aprovado ao final do mês de junho de 2018.

A medida novamente teve grande influência da bancada ruralista, sendo propôs a PL, em 2002, por Blairo Maggi, um dos grandes produtores de soja do país e com influência na vida política. O Projeto foi aprovado no fim de junho em uma comissão especial da Câmara dos Deputados, contando apenas com a presença dos parlamentares e sem presença da sociedade civil, recomendação da presidente da comissão Tereza Cristina (DEM/MS), terminou com a votação de 18 votos favoráveis, contra nove contrários. A votação agora parte para o plenário sem data certa para acontecer.

Na grande mídia a mudança a “PL do Veneno” repercutiu de forma relevante e predominantemente negativa, principalmente por conta dos riscos a saúde da população. O Portal de notícias G1, no dia 30 de maio de 2018, em uma das suas manchetes colocou “Projeto de Lei,

o ‘PL do Veneno’, põe lucro acima da saúde das pessoas”, o Estadão traz uma explicação do Projeto de Lei, trazendo os prós e os contras segundo as partes, mas alerta os riscos a saúde de modo bem evidente. O Portal R7 destaca o período de votação da “PL do Veneno”, já que as atenções do país estavam voltadas para a Copa, colocando “Enquanto a bola rolava na Copa, comissão especial da Câmara discutia projeto que afrouxa a lei que regulamenta o uso de agrotóxicos no país”. O jornal El País coloca na sua manchete que médicos e o Ministério Público tentam barrar o Projeto e ainda destaca outras instituições que também desaprovam do que na época era algo a ser votado ainda, além disso destaca o risco para saúde das pessoas.

Essa aprovação traz claramente a relação entre as indústrias químicas e o Estado. E traz também riscos socioambientais, já que a população fica a mercê de mais veneno na plantação, além da contaminação do solo causada pelos produtos e outros danos ambientais e saúde do consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista da influencia que o agronegócio exerce seja na política, com a bancada ruralista que é parte representativa e ativa do Congresso Nacional, com a relevância econômica da produção da soja e o poder que os grandes proprietários de terra possuem, o setor é visto como a principal face do campo.

Já os outros grupos que também fazem parte da dinâmica territorial do campo no Brasil são apequenados em virtude do agronegócio, mesmo que representam a maioria no campo ou produzam até mais que os latifúndios. Por conta dessas desigualdades existem conflitos no campo e que normalmente são mostradas apenas uma das faces do campo do Brasil, toda pela ótica que colocada quem luta pelo seu acesso a terra como a parte má do campo brasileiro já a elite do campo permanece com a sua reputação mantida.

A questão agrária no país hoje é preocupante pois cada vez mais retrata a desigualdade e uma minoria que cada vez menos tem chance de ter a sua voz ouvida e os seus ideais entendidos pelas pessoas, já que pelos veículos de comunicação são associados a situações que não passam uma boa imagem dos mesmos.

Apenas canais de notícia como o site do próprio MST ou blog Brasil de Fato usado como exemplo tem a intenção de mostrar a as conquistas dos movimentos de luta pela terra no Brasil como a produção agroecologia, desconcentração de terras, o acesso a terra pelos diferentes grupos sociais hoje presentes no campo. A grande mídia raramente associa os movimentos de luta pela terra a uma boa visão ou mostra a face da agricultura camponesa no campo. Dificultando assim o bom entendimento da realidade e complexidade do campo pela população em geral.

Os veículos de comunicação de maior expressividade e portais que estão diretamente ligados ao agronegócio, como Canal Rural já citado, vendem que as grandes propriedades e as elites agrárias são as responsáveis pela lucro gerado no campo e não estão ligados a conflitos ou que são responsáveis pela pobreza de muitos no campo.

REFERENCIAS

A.B. **Médicos e MPF tentam barrar lei ruralista sobre agrotóxicos apelidada de “pacote do veneno”**: Projeto em discussão na Camara pode acelerar registro de “defensivos agrícolas” e diminuir poder de órgãos de saúde e do meio ambiente [Brasília], 18 mai. 2018 .Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/17/politica/1526509436_425929.html> Acesso em: 03/01/2019

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 136–143, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000400015&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 Nov. 2020.

BELLONI, Luiza. **PL do Veneno: os 18 deputados que votaram a favor de liberar o controle de agrotóxicos no Brasil** : A sessão foi realizada a portas fechadas. 26 jun. 2018. Disponível em:<https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/26/pl-do-veneno-os-18-deputados-que-votaram-a-favor-de-aliviar-controle-de-agrotoxicos-no-brasil_a_23468458/> Acesso em: 01/01/2019

BIANCHINI, Valter. Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios /Valter Bianchini. — Brasília: SAF/MDA, 2015. 113 p. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf> Acesso em: 30/12/2018

BRASIL DE FATO. **Comunidade científica rechaça "Lei do Veneno" sob análise na Camara**: Manifesto da Sociedade Brasileira pelo progresso da Científico foi subscrito por 23 entidades. Disponível em < <http://www.mst.org.br/2018/05/29/comunidade-cientifica-rechaca-lei-do-veneno-sob-analise-na-camara.html>> Acesso em:15/09/2018

CANAL RURAL. **Comissão discute demarcações de terras indígenas no Paraná e Mato Grosso do sul.** Disponível em < <https://canalrural.uol.com.br/programas/comissao-discute-demarcacoes-terras-indigenas-parana-mato-grosso-sul-70513/>> Acesso 15/09/2018

CANAL RURAL. **PR: Agricultores protestam contra demarcações indígenas.** Disponível em < <https://canalrural.uol.com.br/programas/agricultores-protestam-contrademarcacoes-indigenas-70643/>> Acesso em 15/09/2018

CANAL RURAL. **PR: Mais de mil pessoas protestam contra demarcações de terras indígenas.** Disponível em:< <https://canalrural.uol.com.br/programas/mais-mil-pessoas-protestam-contrademarcacoes-terras-indigenas-70297/>> Acesso em:15/09/2018

CANAL RURAL. **Produtores em Guaíra (PR) protestam contra demarcação de terras indígenas:** Segundo a Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), 35% da área do município pode ser destinada aos índios. Disponível em < <https://canalrural.uol.com.br/programas/produtores-guaira-protestam-contrademarcacao-terras-indigenas-70263/>> Acesso em 15/09/2018

CARRANO, Pedro. **Conflito entre indígenas e ruralistas no oeste do Paraná tende a acirrar em 2018:** Grupo de trabalho, convocado por Funai e Ministério Público, realiza laudo sobre a demarcação de terras. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2018/03/23/conflito-entre-indigenas-e-ruralistas-no-oeste-do-parana-tende-a-acirrar-em-2018/>> Acesso em:15/09/2018.

CARIGNANO, Júlio. **Intervenção federal despeja dezenas de famílias no interior do Paraná:** Reintegração de posse foi autorizada pelo Supremo Tribunal de Justiça a pedido da madeireira Zattar. Disponível em:< <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/01/intervencao-federal-despeja-mais-de-100-familias-no-interior-do-parana/>.> Acesso em 15/09/2018.

CARIGNANO, Júlio. **PR: Demarcação de áreas em Guaíra volta a pauta com desinformação e ato anti-indígena:** Fazendeiros proibiram o acesso de políticas públicas de moradia em comunidade. Disponível em:< <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/06/pr-demarcacao-de-areas-em-guaira-volta-a-pauta-com-desinformacao-e-ato-anti-indigena/>> Acesso em:15/09/2018.

CASTRO, Juliana. **Por que o pacote do veneno é tão perigoso?.** 03 jul. 2018. Disponível em:<<https://emails.estadao.com.br/blogs/comida-de-verdade/por-que-o-pacote-do-veneno-e-tao-perigoso/>> Acesso em:30/12/2018.

Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira de grãos. **CONAB**, Brasília, v.1, n.1, p.1-150, 2013.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP. **PIB-Agro/CEPEA: PIB do agronegócio encerra 2019 com alta de 3,81%.** Esalq.usp.br. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agronegocio-encerra-2019-com-alta-de-3-81.asp>>. Acesso em: 24 Nov. 2020.

COSTA, Sandra Helena G. **A questão agrária no Brasil e o Congresso Nacional.**2012;325 p. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DANTAS, Carolina. **Projeto de Lei quer mudar legislação dos agrotóxicos no Brasil; entenda** : Inca, Fiocruz, Ministério Público Federal (MPF), Ibama, Anvisa, entre outras instituições, publicaram notas públicas contra o projeto de Blairo Maggi. 26 jul. 2018. Disponível em:<<https://g1.globo.com/natureza/noticia/projeto-de-lei-quer-mudar-legislacao-dos-agrotoxicos-no-brasil-entenda.ghtml>> Acesso em: 02/01/2019

DE OLIVEIRA, Cida. **Pressão aumenta e ruralistas não conseguem votar Pacote do Veneno:** Projetos que pretendem facilitar ainda mais o registro, venda e utilização de agrotóxicos não foram à votação em comissão, após três horas de debates. Tema poderá ser votado no próximo dia 29. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2018/05/17/pressao-aumenta-e-ruralistas-nao-conseguem-votar-o-pacote-do-veneno.html>> acesso em:15/09/2018

ESTADÃO EXPRESSO. **PL do Veneno: o que é isso?** Saiba o que está em jogo no projeto de lei que flexibiliza a aprovação de agrotóxicos no Brasil. 28 jul. 2018. Disponível em:<<http://expresso.estadao.com.br/saude/pl-do-veneno-o-que-e-isso/>> Acesso em: 03/01/2019.

FABRINI, J.E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada.** Presidente Prudente, v.9, n.1, p. 35-62, jun/2008

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial** . [s.l.: s.n., 2004.]. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%20agr%20conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 Nov. 2020.

G1. **Anvisa lista riscos de nove agrotóxicos proibidos para alertar sobre impacto de possível mudança em lei** : Comissão aprovou projeto de lei que só veta agrotóxico se risco for 'inaceitável'. Anvisa questiona falta de detalhamento da lei e relator compara produtos a caféina. 26 jun. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/anvisa-lista-riscos-de-nove-agrotoxicos-proibidos-para-alertar-sobre-impacto-de-possivel-mudanca-em-lei.ghtml>> Acesso em: 02/01/2018

Geografia Agrária: teoria e poder/ Bernardo Mançano Fernandes, Marta Ines Medeiros Marques, Julio Cesar Suzuki (organizadores)--1.ed-- São Paulo: Expressão Popular, 2007 --384p

Geografia e mídia impressa / organização: Ângela Massumi Katuta, Deise Fabiana Ely, Eliane Tomiasi Paulino, Fábio César Alves da Cunha, Ideni Terezinha Antonello. Londrina : Moriá, 2009. 264 p. : il.

GONZALEZ, Amélia. **Projeto de lei, o “PL do Veneno” põe o lucro acima da saúde das pessoas.** 30 mai. 2018. Disponível em:<<https://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/projeto-de-lei-sobre-agrotoxicos-o-pl-do-veneno-poe-o-lucro-acima-da-saude-das-pessoas.ghtml>> Acesso em: 30/12/2018

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**-3ªed--Rio de Janeiro: Ed.Paz e Terra, 1968. 255p.

HOFFMAN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança alimentar e Nutricional**, Campinas, v.21, n.1, 2014. Disponível em:<
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1386>> Acesso em 31/12/2018

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo agropecuário 2006, **IBGE**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.1-267, 2006. Disponível em:<
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 02/01/2019

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Brasil, II Plano Nacional de Reforma Agrária; Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. **INCRA**. Brasília, v.1, n.1, 2005 Disponível em:<
http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/pnra/II_PNRA.pdf> Acesso em: 30/12/2018

MARQUES, Marta I. M.. A ATUALIDADE DO USO DO CONCEITO DE CAMPONÊS. **REVISTA NERA**, v. 0, n. 12, p. 57–67, 2020. Disponível em:
<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399/1381>>. Acesso em: 23 Nov. 2020.

MENDONÇA, Heloísa; OLIVEIRA, Regiane. **Entenda as novas regras que reduzem o combate ao trabalho escravo** : Portaria assinada pelo Governo Temer muda normas para caracterizar o que é ou não uma atividade análoga a escravidão. 20 out. 2017. Disponível em:<
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/politica/1508447540_501606.html> Acesso em: 02/01/2019

MODZELESKI, Alessandra; VIVAS, Fernanda. **Comissão especial da Câmara aprova projeto que flexibiliza o uso de agrotóxicos** : Deputados contrários ao texto, apelidado por eles de ‘PL do Veneno’, tentaram obstruir a votação. Parlamentares a favor da proposta dizem que legislação precisa ser modernizada. [Brasília] 25 jun. 2018. Disponível em:< <https://g1.globo.com/politica/noticia/comissao-especial-da-camara-aprova-texto-base-de-projeto-que-flexibiliza-uso-de-agrotoxico.ghtml>> Acesso em: 03/01/2019

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v.2, n. 21, p. 113-156, jul/dez 2003

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PAULINO, E.T. A liquidação das terras públicas no Brasil: contextos, pretextos e passivos territoriais em face da Lei 13.465/2017. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiania, v.37, n.3, p.393-408, set/dez 2017.

PAULINO, E.T. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v.10, n.23, p 111-128, set-dez. 2011

PAULINO, E.T. Para não dizer que não falei do crime de lesa pátria de Temer; os Decretos 9.309, 9.310 e 9.311/2018. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa (PB), v.12, n.2, p. 275-292, 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**, Caio Prado Junior.-São Paulo: Brasiliense, 2004

**II CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
IV COLÓQUIO DE GEOGRAFIAS TERRITORIAIS PARANAENSES
XXXVI SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL**

18, 19 E 20 DE NOVEMBRO DE 2020


UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA


Londrina-PR

Observatório de Pesquisa e
Estudos em Comunicação
Paraná e Santa Catarina

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA, TERRITÓRIO, MEMÓRIAS E CULTURAS

SILVA JÚNIOR, Roberto A.M.; **O MST desterritorializado: um novo olhar sobre a criminalização do movimento a partir do fotojornalismo e do hiperespetáculo.**2010.142p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2010.

ZOLINI, Hércio. **Deputados manobram para levar veneno a mesa dos brasileiros:** Enquanto a bola rolava na Copa, comissão especial da Câmara discutia projeto que afrouxa a lei que regulamenta o uso de agrotóxicos no país. 19 jun. 2018. Disponível em:<<https://noticias.r7.com/prisma/helcio-zolini/deputados-manobram-para-levar-veneno-a-mesa-dos-brasileiros-19062018>> Acesso em: 03/01/2019